ATA Nº 02/2018

SESSÃO ORDINÁRIA 27.04.2018

---------- Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e dezoito, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Arouca, sob a presidência do seu Presidente, senhor José Artur Tavares Neves, com a presença do primeiro Secretário, senhor Carlos Neto de Oliveira Esteves e da segunda Secretária, senhora Regina Maria de Sousa Ferreira Fontes e restantes membros, senhores, Afonso Portugal Ferreira da Silva, Maria de Fátima Rodrigues da Fonseca, Pedro Miguel Gomes de Sousa, Maria Amélia Duarte Rodrigues, Francisco José da Costa Ferreira, António Brandão Ferreira Tavares Teixeira, Sara Mariza Brandão Pinho de Almeida, Jorge Fernando da Silva e Sousa, Manuel Artur de Almeida Miller, Óscar de Pinho Brandão, Alda Duarte Portugal, Vitor Manuel de Pinho Moreira, Luís António dos Santos Ferreira da Silva, Rosa Maria da Silva Martins Portugal, Nuno André Quintas Pinho Correia, Maria Cristina Oliveira Saavedra, Maria da Conceição Duarte Castro Portugal, e os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia de Alvarenga, Chave, Escariz, Fermedo, Mansores, Moldes, Rossas, Santa Eulália, S. Miguel do Mato, Tropeço, Urrô, Várzea, União de Freguesias de Arouca e Burgo, Cabreiros e Albergaria da Serra e Canelas e Espiunca e Covêlo de Paivó e Janarde. - ----------

---------- Faltou o senhor Rui Pedro Rodrigues de Castro. ----------

---------- Do executivo estiveram presentes, a senhora Presidente da Câmara Margarida Maria Sousa Correia Belém, o senhor Vice-Presidente António Brandão Tavares e os Vereadores senhores Albino Jorge Cardoso Gonçalves, Fernanda Oliveira e Vitor Carvalho. Não compareceram os vereadores senhores Fernando Mendes e Sandra Melo. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa começou por informar os senhores deputados que já havia quórum. Começou por saudar a senhora Presidente, os senhores Vereadores, os colegas da mesa, bem como os restantes membros da Assembleia, procedendo de imediato ao início dos trabalhos. ----------

---------- Antes de entrar na Ordem de trabalhos, informou que deu entrada uma moção, apresentada pela bancada do PSD. Foi lida e posta à consideração dos membros da Assembleia, a sua integração na ordem de trabalhos, para ser votada. A moção designa-se por "Portugal 2020 e a sua reprogramação". --

---------- Como ninguém se quis pronunciar, a mesma foi posta à votação para integrar a ordem de trabalhos, tendo sido aprovada, por maioria, com quatro abstenções. ----------

---------- Foi de seguida posta à discussão. O senhor Presidente da Mesa deu a palavra a quem se quis pronunciar. Começou por usar da palavra o senhor Afonso Portugal. Saudou todos os presentes e disse que este documento é apenas uma resolução que aconselha o Governo que tenha em consideração os

elementos que constam da proposta. Disse que se a Assembleia tiver a mesma postura com as milhares de propostas que são feitas na Assembleia da Republica de interesse generalizado de interesse das pessoas do interior, terão de ser feitas Assembleias Municipais só para discutir estas propostas.----------

---------- Disse ainda tratar-se de uma matéria reservada à Assembleia da República, é uma simples recomendação, tem o valor que tem, mas no seu entender "de boas intenções está o inferno cheio". Entende que do ponto de vista pragmático e do ponto de vista desta Assembleia Municipal não tem qualquer interesse, para que seja vista, discutida e aprovada, porque não tem influência nenhuma, naquilo que venha a suceder. Continuou, dizendo que primeiro era preciso que o Governo tomasse como boa a resolução, e tomar como boa, quer dizer decidir alguma coisa que vá de encontro aquilo que está plasmado e que esteja para além daquilo que foi ou vai ser decido pelo Governo. Conclui dizendo que parece uma redundância que não justifica, sequer, esta Assembleia se estar a pronunciar sobre isso. ----------

---------- De seguida, usou da palavra o senhor Luís Ferreira da Silva. Começou por saudar todos os presentes. Disse que de início não era para intervir, mas como as circunstâncias mudaram, quis intervir. Inicia a sua intervenção dizendo que no geral concorda com o colega Afonso Portugal, no que disse, mas é necessário ver o conteúdo da moção, e se há assunto que é importante e determinante na sua perspetiva é aquele. Continuou, dizendo que se todas as Assembleias do país tomassem as mesmas medidas que nós, poderia criar algum barulho e ter alguma influência; não se pode pensar que aquilo que fazemos é inoportuno, inadequado, ou é inoperante. Disse que não depende de nós, mas acha que não o fazer não seria melhor que fazer, por isso acha não ser uma perda de tempo, e discutir este assunto é importante para o futuro do país e para evitar o que tem acontecido, que é ver as zonas favorecidas do país absorver os fundos comunitários em zonas menos desfavorecidas. Salienta que é importante parar com a sangria e por moralidade nisso, e acha que é de bom tom e que não se perde nada por causa disso.----------

---------- Foi dada, de seguida, a palavra ao senhor Pedro Sousa, que começou por saudar todos os presentes. Começou por dizer que acabou de ler a moção, depois que ela foi apresentada, e diz que é da mesma opinião do senhor Afonso Portugal, salientando a sua inocuidade, mas que tem um determinado propósito, porque faz questão de dar a conhecer de onde partiu a iniciativa do grupo parlamentar. a moção. Não saudou a Assembleia da República pela aprovação da resolução, per si saúda a aprovação da resolução que by the way e por coincidência até veio do PSD, por isso talvez se perceba melhor o objetivo desta moção vir a esta Assembleia. Ainda assim e dado a inocuidade, disse que se abstém. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa, indagou os presentes, para usarem da palavra, não tendo obtido qualquer solicitação, colocou a moção à votação. ----------

27.04.2018

---------- Após votação de braço no ar, obtiveram-se os seguintes resultados: 2 votos contra, 12 abstenções e 15 votos a favor. ----------

---------- Entrou-se de imediato na Ordem de Trabalhos. ----------

---------- 1 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNÍCIPES: ----------

---------- Pediram para intervir os senhores Fernando Tadeu e Francisco Gonçalves.----------

---------- Começou por intervir o senhor Francisco Tadeu que saudou o senhor Presidente, os restantes membros da mesa, o senhor Secretário de Estado da Proteção Civil, a senhora Presidente da Câmara Municipal, respetiva Vereação e os senhores deputados. ----------

---------- Colocou duas questões à senhora Presidente da Câmara, a primeira diz respeito à falta de iluminação no Centro de Camionagem da vila; todas as pessoas que apanham os primeiros autocarros da manhã, não têm iluminação. A segunda questão está relacionada com a floresta e com o risco de incêndio; o senhor munícipe questionou a senhora Presidente se está a ser cumprida a lei, o que a autarquia fez nos terrenos em que é proprietária, se estão identificadas as zonas críticas, se há mais recursos humanos para abordagem e se o sistema de resposta está mais operacional.----------

---------- Foi dada de seguida a palavra, ao senhor Francisco Gonçalves, que começou por saudar a Mesa, a senhora Presidente, os senhores Vereadores e os senhores deputados. ----------

---------- Começou por fazer uma breve referência ao 44º aniversário do 25 de Abril, e esta é uma Assembleia magna do poder local e democrático, é importante deixar a referência à efeméride. ----------

---------- De seguida, colocou duas questões à senhora Presidente, as quais estão relacionadas com o processo de transferência de competências, uma de âmbito mais sectorial e outra de âmbito mais geral. -

---------- Começou por dizer nos primeiros quadros de apoio comunitário havia a ideia de dinheiro fácil e corre-se o mesmo risco em relação às atividades curriculares. No tempo atual, uma boa parte dos fundos europeus se destinam à educação e à formação, o que é muito bom. Disse ainda, que é conhecido o interesse da AMP e da Câmara Municipal de Arouca pela questão da educação. Continuou dizendo que quem está por dentro dos assuntos das escolas, percebe que há muitas entidades a querer vender projetos de intervenção de supervisão pedagógica. Assiste-se à direita, uma estranha conversão do binómio clássico do rigor e da disciplina, por uma espécie de encanto pela psicologia fofinha. Estes projetos de intervenção educativa estão dependentes do interesse dos municípios, mas surge a questão se eles vão ser feitos numa perspetiva de enriquecimento curricular ou como atividades curriculares. Este é que é o ponto. Uma coisa é concretizar o que se faz nas aulas, outra bem diferente é começar a ocupar progressivamente o tempo das aulas. Se isto acontecer não estará em causa a autonomia pedagógica dos professores, dos conselhos de turma, dos agrupamentos, mas também haverá uma diminuição do tempo disponível dos

alunos para tratar o que está nos currículos, que é prescritível e é universal. O executivo camarário tem tudo para não entrar em loucuras pelo conhecimento que tem da matéria, uma vez que a senhora Vereadora do pelouro é uma experiente professora e a atual Presidente, no anterior mandato esteve muito envolvida com os agrupamentos. Sendo consideráveis os fundos disponíveis, quis saber se a senhora Presidente está sensibilizada para estes perigos que estão por aí. No seguimento da questão sectorial e no âmbito da descentralização de competências perguntou se as negociações que vão decorrer com a autarquia, aceitará em princípio a transferência de todas as competências que lhe forem propostas ou se admite a rejeição de todas aquelas que ponham em causa o princípio da universalidade dos direitos ou então pelo deficit de recursos, tendo em conta as competências que se propõe transferir à autarquia. Terminou, deixando votos de bom trabalho.----------

---------- Foi dada a palavra à senhora Presidente para responder às questões colocadas. Começou por cumprimentar a mesa, todos os senhores deputados e todos os senhores munícipes presentes, bem como os senhores Vereadores presentes na reunião.----------

---------- Começou por responder ao senhor Fernando Tadeu e à falta de iluminação no Centro de Camionagem, disse saber que foi feita uma intervenção para reforçar a luz do espaço, no entanto solicitou ao senhor Vereador para verificar se não se encontra em conformidade e se assim for, será reanalisada a situação. ---- ----------

---------- Sobre a questão da floresta e o risco de incêndio e se Arouca está melhor preparada, diz que Arouca tem de estar sempre preparada para as suas tarefas e os seus desafios. Arouca e a equipa tem estado atenta às necessidades relativamente aos novos desafios. Tudo tem feito, mesmo considerando a dificuldade e imensidão que tem pela frente, não cruzou os braços, pôs mãos à obra. Nesse sentido, começaram a limpar as zonas industriais de São Domingos e Mata em Mansores. Foram abertas três empreitadas para limpeza das faixas de combustível ao longo das vias municipais que estão identificadas no Plano de Defesa da Floresta contra incêndio. Todos os meios estão ativos. Todos os parceiros estão a trabalhar no sentido de ter todos os sítios e com todos os equipamentos operacionais. Disse ainda, que é do conhecimento de todos que foi criada uma equipa de intervenção permanente que ficará afeta aos bombeiros de Arouca. Disse ainda que o município tudo tem feito para sensibilizar a comunidade para que todos estejam envolvidos na responsabilidade, uma vez que 90% dos terrenos são propriedade privada ou baldios. - ----------

---------- Respondendo ao professor Francisco e à transferência de competências na área da educação, começou por dizer que quer sossegar não só o Francisco mas todos os envolvidos e diz que o município só irá apenas assumir competências para o que for mais vantajoso para o município. Neste momento,

disse, está a ser feito o levantamento a nível da Área Metropolitana, os vários municípios estão em patamares diferentes, é fundamental perceber o que a delegação implica e qual a capacidade que o município tem para o assumir. O município não vai entrar em euforias, e só irá assumir o que for vantajoso para os agrupamentos e para o município de Arouca. ----------

---------- O senhor Presidente deu por encerrado este ponto, passando de imediato para o ponto seguinte: --- ----------

----------3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: ----------

----------3.1 – ATAS – APROVAÇÃO:----------

---------- O senhor Presidente da Mesa, deu a palavra à senhora Secretária para esclarecer este ponto, uma vez que esta ata foi apenas uma súmula do que se passou na Assembleia. ----------

---------- A senhora Secretária informou os presentes que a ata n.º 1/2018, relativa à sessão de 26 de fevereiro de 2018, enviada aos senhores deputados não foi executada sobre a audição do áudio, uma vez que na sessão anterior ocorreu um problema na gravação. A ata foi elaborada apenas e só com os apontamentos que foi tirando no decorrer da mesma. ----------

---------- O que se propôs foi que a ata não fosse votada e que todos os membros que intervieram, se entenderem, devem reformular o texto da mesma. ----------

---------- Colocada à consideração da Assembleia, para que a ata reflita o que se passou, pede aos intervenientes para reformular o texto, tendo a sugestão sido aprovada por unanimidade. ----------

----------3.2 – CORRESPONDÊNCIA:----------

---------- Foi dado conta da correspondência recebida, pelo senhor Secretário, a saber: convite ao senhor Presidente para estar presente numa ação sobre Morcegos; a Federação do PS para estar presente no encerramento do Congresso; do Partido ecologista os Verdes, sobre a falta de apoio das juntas de freguesia na ajuda no preenchimento das declarações de IRS; da Confraria Gastronómica da Raça Arouquesa para estar presente no lançamento do livro ao sabor da Bíblia; da senhora presidente da câmara a pedir os itens para a assembleia, da Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda para estar presente na festa dos dias 28, 29 de Abril e 1 e 2 de Maio; da Câmara Municipal de Vale de Cambra para estar presente nas comemorações do 44º aniversário do 25 de Abril; do senhor Rui Almeida a pedir a sua substituição, tendo sido substituído pela senhora Conceição Portugal, bem como do senhor António Cruz que foi substituído pelo senhor Jorge Sousa.----------

---------- Uma nota a realçar que o substituto do senhor Rui Almeida, pela sequência da lista foi o senhor Pedro Teixeira, que também pediu a sua substituição. ----------

----------3.3 – DIVERSOS:----------

27.04.2018

---------- Neste ponto pediram para intervir os senhores Óscar Brandão, Alda Portugal, Nuno Quintas e Artur Miller.----------

---------- O senhor Óscar Brandão começou por saudar todos os presentes. Começou por falar do tema dos bombeiros em duas vertentes. Em primeiro lugar refere-se aos Bombeiros de Arouca e salientou que já manifestaram solidariedade aos dois ex-comandantes dos BVA, mas também o querem fazer nesta Assembleia na mesma linha do que tornaram público e com essa solidariedade quiseram deixar a disponibilidade dos autarcas do PSD e também dos responsáveis do partido para o que de bom e válido possa ser feito a esse nível. Entendem que esta situação não faz sentido e por isso quiseram expressar de forma institucional a solidariedade com os ex-comandantes Carlos Esteves e Floriano Amaral. Neste âmbito, quis deixar uma questão muita concreta para a senhora Presidente da Câmara. É sabido que grande parte do socorro é feito pelos Bombeiros Voluntários de Arouca e pelos Bombeiros Voluntários de Fajões. Esta corporação do concelho vizinho, cobre as freguesias de Mansores, Escariz, Fermêdo e Mato. Fruto das contingências do quadro normativo as corporações estão empenhadas em mudar o figurino e a relação com a Câmara. Disse saber que estão a ser feitas diligências entre a Câmara Municipal e esta corporação de bombeiros. Nesse sentido, deixou duas questões concretas: 1º tem a ver com o facto de ter sido escondido o assunto dos autarcas de Arouca. Nem os senhores vereadores, nem os senhores deputados sabem destas diligências, desta questão no seu todo, e tendo em conta o princípio da respeitabilidade, o órgão colegial que é o executivo municipal, seria de esperar que a senhora Presidente fosse um pouco diferente do anterior Presidente da Câmara e fizesse um esforço nesse sentido, por isso deixam a reprovação desta conduta política. De acordo com o que foi dito, quis saber qual a posição sobre esta matéria em concreto.----------

---------- No âmbito da questão florestal que foi levantada pelo professor Tadeu, o senhor deputado quis saber como está o nosso sistema de defesa da floresta em concreto, face à realidade do concelho eu ardeu 75%; sabendo-se que a lei 65/2007 de 12 de Novembro cria grandes responsabilidades no município, prevenindo situações de risco, de acidentes graves, no fundo o cuidar do território, de pessoas e bens, quis saber o plano de defesa, se está atualizado, se está operacional, o que está a ser feito neste nível. -------- ----------

---------- Relativamente às praias fluviais, pediu para a senhora Presidente partilhar com todos os presentes o estado das mesmas e se vislumbra um quadro de bandeira azul para as nossas praias. E assim concluiu a sua intervenção.----------

---------- Seguiu-se a senhora Alda Portugal. Saudou a mesa, senhora Presidente e Vereadores, membros da assembleia municipal e munícipes presentes. ----------

27.04.2018

---------- Veio dar conta da última reunião do conselho da comunidade, para a qual foi nomeada. A reunião decorreu no dia 1 de março, e reúne 1 vez por semestre. Foram vários os temas abordados nessa reunião, tendo mencionado o projeto de articulação do CHEV com o a SUV de Arouca, no que respeita à teleconsulta de cardiologia, que já está operacionalizada. As candidaturas de apoio domiciliário à doença mental, uma aposta que tem sido feita ao nível dos cuidados de saúde primários, e os diagnósticos ainda estão sobrevalorizados no que diz respeito à saúde mental nas mulheres entre os 35 e os 74 anos. Só estão 25% dos diagnósticos codificados. Dentro do ACERS, Arouca tem um problema que é o alcoolismo, problema que o executivo tem operacionalizado e tem feito diligências nesse sentido, verificando-se dados muito diferentes de freguesia para freguesia, é uma preocupação de saúde em que todos têm de estar atentos e colaborar para a melhoria dos resultados. ----------

---------- Na mesma reunião, colocou-se o problema da demora nas consultas de oftalmologia, é um problema que está constatado, resta aguardar pelas respostas que se consegue obter. ----------

---------- Foi ainda abordado o tema das juntas médicas para atribuição de atestados multiusos, isto porque os utentes têm de se deslocar à Feira para serem vistos pelo delegado de saúde. Torna-se uma preocupação com a distância que têm de percorrer, uma vez que se pretende um atendimento de proximidade. ----------

---------- O senhor Nuno Quintas começou por saudar os presentes e falar sobre o transtorno que tem causado a pocilga de Mealha à população local, devido aos maus cheiros que se fala, nesse sentido quis saber se a Câmara está a acompanhar a situação e se tem consciência do atentado ambiental que poderá acontecer, uma vez que se fazem constantes descargas nos solos e possíveis contaminações dos lençóis freáticos e se têm sido feitas análises às águas dos afluentes do Paiva e quis saber o que vai acontecer às pessoas que atualmente têm água própria para consumo, começarem a ter água imprópria para consumo de quem vai ser a responsabilidade, nestas situações. ----------

---------- Outra questão é sobre a lei de proteção dos animais, mais propriamente dos canídeos, sabe-se que o canil de São João da Madeira está sobrelotado e aqui só se podem obter conforme vão abrindo vagas e as vagas são poucas, a questão que surge é o que se faz entretanto, a esses animais; se há solução, se está prevista alguma ideia para este problema. ----------

---------- Foi dada a palavra ao senhor Artur Miller, que começou por saudar a Mesa, Presidente da Câmara, Vereadores, colegas deputados e os Presidentes de Junta. ----------

---------- A sua intervenção vem de encontro ao que disse a senhora Alda Portugal relativamente à ligação deste Município ao hospital de São Sebastião, ou Centro Hospitalar de Entre Douro e Vouga, como agora é designado, pensa que é altura de fazer aqui uma sugestão/recomendação que é a seguinte:

a Unidade de Saúde de Escariz, que neste momento é de Escariz, Fermedo, São Miguel do Mato e Mansôres e Chave, atingiu uma dimensão considerável, era de bom-tom criar melhores condições para o atendimento das pessoas daquela zona, para que elas evitem a vinda à SUV de Arouca. Acha que é possível e nada oneroso ampliar aquela estrutura e ali instalar um aparelho de Rx simples e um aparelho de química seca. Atendendo também ao aumento no número de médicos em Escariz, é necessário aumentar as instalações. Se essa unidade tiver essa centralidade, pode e deve prestar assistência às freguesias limítrofes, nomeadamente o Vale e Romariz, ou eventualmente até Milheirós. Continuou dizendo que a partir de agora estão criadas as condições para que se possa dinamizar aquela unidade de saúde, ali existente. Há condições para se exigir à ARS Norte a ampliação daquela Unidade de Saúde, porque a infraestrutura está bem localizada, tem uma centralidade muito própria e evitaria com aquele equipamento que as pessoas se deslocassem a Arouca fazer um Rx e depois serem transferidos para o Hospital da Feira. Concluiu dizendo que é importante lutar por a solução que está a recomendar, porque existem condições para isso. ----------

---------- Outro assunto que trouxe a esta Assembleia prende-se com os fontanários que têm sido encerrados, deixando sem abastecimento de água, querendo saber qual o motivo, e por quanto tempo. A sua preocupação prende-se com o fato de muitos destes fontanários serem de utilidade muito grande e próximo das populações.----------

---------- Falou ainda sobre a importância dos caminhos vicinais. Fala-se muito nas Assembleias Municipais sobre a prevenção dos incêndios, mas os caminhos vicinais continuam a ser desmazelados pelas entidades autárquicas, Câmara e Juntas de Freguesia. Os caminhos vicinais necessitam de intervenções profundas e que não passam apenas pelos fundos das freguesias. Para que as Juntas façam alguma coisa é necessário que a Câmara Municipal desencadeie o processo, estimule quer oralmente, quer financeiramente para que isso possa ser feito. É desta forma que se apoia a prevenção de incêndios e se apoia a fixação das populações e se apoia a melhoria das condições para que se possa viver em sítios mais recônditos. ----------

---------- Aproveitou, ainda, para mencionar o mau estado das saídas de Arouca. A senhora Presidente de Câmara tem dito que tem ligado todos os dias para o Governo no sentido de que a variante seja uma realidade. Disse que vai continuar a questionar em todas as Assembleias qual o motivo de continuarmos a ter más saídas de Arouca. Quando vemos um Governo gabar-se que têm as contas fantásticas, que é um sucesso, quando temos uma Câmara que se orgulha de ser financeiramente sustentável, sã, sadia, se quer a Câmara, quer o governo estão em ótimas condições financeiras, porque não fazem a variante de Arouca. Mas, já não diz para se fazer a variante, porque é uma pessoa cética em relação à variante, apela para que

hajam intervenções de menor impacto financeiro, mas eficazes. Perguntou ainda, porque não se alarga a estrada, do local onde termina a variante, até à Abelheira, uma vez que é só monte desde a ponte da Cela até à zona industrial de Mansores. Do cruzamento para Fajões até à Abelheira é só mato. É altura da Câmara Municipal começar a pensar em como pode melhorar aquela estrada. É de opinião que todos os Presidentes de Junta alinhariam para exigir ao Governo uma intervenção naquela estrada. Não se pode ficar à espera do mito da variante e do mito da micro variante da Abelheira até Pijeiros. Se essa está garantida como já foi dito nesta Assembleia, é tempo de todos se preocuparem com o troço de Cela à Abelheira. É urgente e fundamental. ----------

---------- Em relação aos acessos do outro lado, temos Carregosa, não depende só da Câmara de Arouca, também de Oliveira de Azeméis, agora temos as duas Câmaras socialistas, porque razão aquela zona de Carregosa continua atrofiada a impedir o normal fluxo de trânsito. Porque não se pensa na construção de 2 faixas no sentido ascendente em parte da estrada de Rossas ao Chão de Ave e em parte da estrada do Chão de Ave até Carregosa. Conclui dizendo que tem de se pôr os pés ao caminho e pensar prático. ----- ----------

---------- De imediato, usou da palavra o senhor Presidente da Junta de Santa Eulália, que começou por saudar todos os presentes. O assunto que veio expor prende-se com o canil e a questão dos cães vadios. Diz tratar-se de um problema preocupante para todos os Presidentes de Junta, e de todas as pessoas que circulam na via pública. Há imensos cães vadios e o que os responsáveis do canil de Vale de Cambra dizem que estão lotados. Solicitou à senhora Presidente, perante esta situação de sobrelotação do canil de Vale de Cambra, a criação de um canil municipal. Tem de se criar estratégias para que se evite o abandono dos animais e para que os animais tenham dignidade. ----------

---------- Foi dada a palavra ao senhor Afonso Portugal, que voltou à prevenção de incêndios uma vez que se trata de um assunto de interesse de todos e porque a sua intervenção na Assembleia passada fez uma intervenção de improviso, mas pensa que há mais algumas achegas que podem ser dadas, designadamente em saber se a Câmara tem uma noção das centenas de hectares que vão ser destruídas com as limpezas obrigatórias, uma vez que se trata de uma matéria muito importante, principalmente para os pequenos proprietários que acabam por perder a maior parte das suas árvores, se tiverem uma frente de estrada junto à sua propriedade. Na minha profissão já tive pessoas a me perguntarem como fazerem para deixarem de ser proprietários dos montes, isto é uma coisa impensável. Isto acontece pelos valores exorbitantes que se praticam para a limpeza das matas. Depois de se debruçar sobre a matéria verifica-se que é mais vantajoso deixar de ser proprietário do que ser latifundiário de montes que estejam junto à estrada. Fala-se que a limpeza de um hectare de monte ronda os dois mil, dois mil e quinhentos euros. Se

pensarmos que 1 hectare produz em média entre 100 e 150 toneladas de eucaliptos, e que estes sem estar queimados rendem 2500, 2600 euros. Verifica-se que o custo de limpeza de 1 ano é igual ao valor de 10 anos de crescimento. Os governantes não sabem quanto custa limpar, quanto custa um hectare de eucaliptos, e começa a ser uma matéria para refletir estas preocupações em Lisboa. Não acredita que as pessoas que legislaram sobre esta matéria, daqui a 4 ou 5 anos não se arrependam do que fizeram, porque aquilo que foi legislado para ser feito em meia dúzia de meses, não seja executado em meia dúzia de anos, com a agravante de não haver meios técnicos e pessoais para acudir a esse pedido instantâneo de trabalho. A ser verdade esses valores que se praticam não nenhum proprietário particular que vivem da floresta e que a usam como investimento que possa ter a possibilidade de custear esse desbaste da floresta. Disse ainda que estarmos perante uma matéria sensível, que precisa de ser refletida e ter a noção que não é possível ter meios técnicos e outros adjacentes para proceder à limpeza dessas zonas mais sensíveis. É dos que não acredita que a limpeza de 10 ou 20 metros de limpeza não será suficiente para prevenir os incêndios. Os incêndios têm de ser prevenidos em outras situações a montante destas, porque depois do que foi visto nos incêndios nas auto-estradas, que têm uns 80 metros, atravessar rios, fazer uma linha de fogo numa estrada que tem meia dúzia, mais 10, mais 10, em alguns casos vai ser suficiente, mas na maior parte não será. Reitera que esta matéria terá de ser pensada mais a montante, que diz respeito a uma prevenção efetiva, com pessoas, com entidades, que ataquem no imediato ao deflagrar dos incêndios. É muito mais barato, não precisa de aviões, de helicópteros, não precisa de ceder aos cartéis, não precisa de ceder aos lobbies dos meios aéreos e ficaria muitíssimo mais barato.----------

---------- Continuou a sua intervenção para passar dos incêndios para a variante barra mini variante barra endireitamento de estradas e recorda-se que na última vez esteve na Assembleia deu a ideia de substituir todos os investimentos que se fazem para visitantes como a da ponte pencil, como lhe chama, que vai ser um desastre autêntico e como já se debruçou sobre isso não se vai repetir, mas como referiu na última Assembleia era preferível que se canalizassem esses meios, que são milhões e se começasse a pensar seriamente na hipótese que o senhor Miller já falou e bem, falar com as pessoas entendidas em abertura de caminhos e tratar da estrada da Ponte da Cela a Escariz ou até à Abelheira, não será insustentável para o Município. Tem de se começar por algum lado. A sugestão que deixa é que se socorrendo de alguns meios, pedindo a colaboração de algumas pessoas para a Câmara saber quanto seria o custo de uma obra destas. Diz ainda que tem de aceitar o otimismo da senhora Presidente da Câmara, aceita, mas lamentavelmente ela não vai conseguir levar a sua preocupação até ao fim, que é conseguir a conclusão da variante barra mini variante. É altura de pôr os pés no chão, e de deixar de pensar em coisas que não dependem de nós e que nunca mais virão e tentar neste período em que vai estar e está convencido

que será reeleita na próxima eleição, há que pensar no futuro, pensar nessa hipótese, e numa próxima oportunidade ter esses elementos para puder avançar. ----------

---------- Seguiu-se o senhor Luís Ferreira da Silva, que prescindiu da palavra. ----------

---------- Foi dada a palavra à senhora Presidente para responder às questões colocadas. ----------

---------- Começou por responder ao senhor deputado Óscar Brandão, dizendo que tem muita paciência e vai continuar a ter, em relação aos Bombeiros de Fajões, num assunto que tem de ser aprofundado e diz não perceber o porquê de dizer que não sabe das diligências que tem sido tomadas. Os Bombeiros Voluntários de Fajões têm procurado pressionar em toda a linha, se fosse tão intransigente como os Bombeiros Voluntários de Fajões, já teria desistido, até, de reunir com os Bombeiros de Fajões, no entanto, aquilo que os Bombeiros pedem é que seja afeta uma parte do território de Arouca aos Bombeiros Voluntários de Fajões e que o Município comparticipe com o valor superior aquele que o Município comparticipa aos Bombeiros de Arouca. Disse, que um assunto que não foi ainda discutido com os Bombeiros Voluntários de Arouca, não é espectável que a Presidente decida numa matéria tão sensível e que exige reflexão, que decida de um momento para o outro. Sabe que os Bombeiros de Fajões dão apoio a Fermêdo, São Miguel do Mato, Chave, Escariz e Mansores, mas a competência de proteção desse território é dos Bombeiros Voluntários de Arouca. Já está agendada uma reunião conjunta com os Bombeiros Voluntários de Fajões, os Bombeiros Voluntários de Arouca, e o Comando da Autoridade Nacional da Proteção Civil de Aveiro, o comandante Ribeiro. E aquilo que entendermos que deverá ser feito, e aquilo que deve ser feito é o que o Município fará. ----------

---------- Quanto às outras questões colocadas, em relação ao plano de defesa da floresta contra incêndio, este foi aprovado, na semana passada. Praias fluviais, temos uma praia fluvial que vai abrir na época balnear, a 15 de junho, e as diligências necessárias para ter tudo conforme para receber os visitantes e para receber os arouquenses. Não tem pretensão de ter bandeira azul, mas a pretensão de ter uma praia fluvial devidamente adequada e em condições para receber os banhistas. ----------

---------- Quanto ao deputado Nuno Quintas, que refere as descargas na suinicultura de Mealha, aproveita para dizer que reuniu com os técnicos e com os proprietários da suinicultura, porque após ter sido alertada pelos munícipes, deslocou-se ao local para perceber qual era o problema e, não tem problema em assumir que a empresa detetou uma não conformidade, que está neste momento a ser resolvida. Garante que a empresa vai resolver, porque se não resolver, será a senhora Presidente que estará lá à porta. A empresa já foi notificada e vai resolver. Quanto ao canil que está sobrelotado, canil da Associação das Terras de Santa Maria, colocar lá animais é uma dor de cabeça diária. A associação tem cerca 500 cães em lista de espera, que mostra a dimensão do problema. Na sua perspetiva, a lei que veio proteger

em demasia os animais, veio trazer problemas acrescidos. E a Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, está a tomar uma posição e vai apresentar o caso ao senhor Secretário de Estado. Há um processo de ampliação do canil, mas para 500 cães em lista de espera, não resolve o problema. No entanto, estão a trabalhar num programa de esterilização tendo sido já 170 cães esterilizados e a nova unidade que vai ser ampliada para esterilização ajudará, de certa forma, a resolver o problema. A associação tem a possibilidade de distribuir a todos os Presidentes de Junta que podem ser os interlocutores neste processo e ajudarem na resolução parcial do problema, para identificar todos os animais e seguir os seus percursos e identificar os seus proprietários. Reitera que é um problema de difícil resolução, que os técnicos dos Municípios das Terras de Santa Maria estão a ajudar a resolver, nesse sentido não faz sentido falar num canil municipal.----------

---------- Respondendo ao senhor deputado Artur Miller, começou por dizer que está a ouvir pela primeira vez a necessidade da ampliação e de reforço de alguns equipamentos na Unidade de Saúde de Escariz. Sendo a área da Saúde, uma área importante e prioritária é uma questão de se sentarem e analisarem, esta matéria, com as entidades competentes. O Município está disponível para se sentar à mesa e tentar ajudar neste processo.----------

---------- No que diz respeito ao fecho dos fontanários, alguns estavam ligados a água pública, e esses porque com a concessão das Águas do Norte, todos os locais abastecidos por água pública têm de estar ligados a um contador. Nesse sentido, com a ajuda dos senhores Presidentes de Junta, está a tentar-se restabelecer a ligação destes fontanárias com a água que previamente existia, de alguns furos.----------

---------- Em relação aos caminhos vicinais continuarem desmazelados, quer dizer que os caminhos vicinais são responsabilidade das Juntas de Freguesia e como sempre tem havido uma boa articulação entre o Município de Arouca e os senhores Presidentes de Juntas. O Município distribui mensalmente uma verba, e para além desta existe a cooperação estreita, uma vez que se houver algum caso urgente o Município está para intervir. Pede para que não deixem nenhum assunto para ser discutido numa Assembleia, porque se é urgente tem de ser tratado na hora, porque todos têm um canal facilitador. O Município está disponível o tempo inteiro. ----------

---------- Quanto à variante, às más saídas de Arouca, à via estruturante, o que diz é que sente que as pessoas desistem facilmente. Quando se fala na variante, é tão pesado, mas quem conhece a Presidente sabe que é persistente e que não desiste com facilidade, mas pede para que não lhe seja pedido que resolva em poucos meses aquilo que os outros não conseguiram resolver ao longo destes Governos. Mas como é persistente, acredita e não podemos desistir facilmente. Respondendo diretamente ao senhor Artur Miller, disse que é público que três Municípios das Terras de Santa Maria, estão a trabalhar num projeto de

ligação entre Chave e Carregosa, simultaneamente estão a trabalhar com a AECA para, juntamente, com o Município de Vale de Cambra e de Oliveira de Azeméis procurarem soluções alternativas. Se a opção maior não for possível, embora o foco seja a ligação da Abelheira à A32, não vê o Governo ou as estradas de Portugal a apoiar estas duas ligações, por isso temos de pensar em alternativas. ----------

---------- Quanto ao senhor Presidente da Junta de Santa Eulália, no que diz respeito ao canil, já respondeu anteriormente.----------

---------- Por fim, respondeu ao senhor Afonso Portugal, que volta a falar sobre a questão da floresta, daquilo que temos feito, das dificuldades dos proprietários privados, trata-se de uma matéria séria e sensível, muito dura, é um peso pesado. Falando na primeira pessoa diz que tem recebido no seu gabinete vários casos complicados que mexe com a vida das pessoas, mas o que pode dizer é que felizmente têm uma equipa do gabinete técnico florestal que se têm esforçado e multiplicado para dar resposta a todas as solicitações, mesmo no terreno. Atualmente existem três empresas a fazer a limpeza das faixas de gestão de combustíveis que são da responsabilidade do município, mas vão avaliar algumas situações complexas que estão a ser colocadas, ou irão ser colocadas no futuro. Reconhece que é importante o Governo fazer uma reflexão sobre a legislação apertada que saiu. É a própria a dizer que temos de Arouca até Lisboa para limpar e isso é materialmente impossível, mas têm feito o que lhes compete e vão ajudar os munícipes naquilo que for possível.----------

---------- Quanto à variante e ao desvio de outras opções que o senhor deputado Afonso Portugal sugere, o que disse foi que vão continuar a manter as suas opções, as opções da Câmara quanto à sua estratégia, não se pode é desistir daquilo que é a ambição dos arouquenses e aquilo que é a nossa determinação. Afirmou ainda para ninguém ter dúvidas, porque irá lutar para que o governo cumpra com a sua obrigação, porque os arouquenses estão a fazer aquilo que lhes compete. Reitera que tudo fará para que estas vias de ligação às zonas industriais seja uma realidade, mesmo tendo a noção da dificuldade, porque não domina todas as dimensões.----------

---------- Tomou a palavra o senhor Presidente da Assembleia para perguntar se mais alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os senhores Óscar Brandão e Artur Miller e Luís Ferreira da Silva. ------

---------- Iniciou a intervenção o senhor Óscar Brandão para agradecer os esclarecimentos da senhora Presidente. Aproveitou ainda para dizer que nem os Bombeiros de Fajões, nem os de Nespereira, nem os de Arouca nos pediram qualquer coisa, portanto, esta falta de cultura democrática por parte da senhora Presidente deixa-nos a todos ficar mal e isso não faz sentido. As questões foram colocadas, e foram colocadas aqui neste sentido, de forma objetiva, uma vez que esta questão foi tornada pública na Assembleia Geral dos Bombeiros Voluntários de Arouca, por isso lamenta que a senhora Presidente da

Câmara não tenha informado os senhores vereadores, não tenha informado esta Assembleia, não tenha informado os autarcas sobre uma matéria de enorme relevância para Arouca. É isso que também preocupa os autarcas do PSD, os dirigentes do PSD também sabem como defender os interesses de Arouca e estão aqui para isso e a senhora Presidente perceba este papel e perceba de uma vez por todas. O que se quer é que esta negociação corra bem porque é importante para Arouca, e estão disponíveis para ajudar.---------

---------- Foi dada a palavra de seguida ao senhor Artur Miller, que quis esclarecer o que disse na sua intervenção, e disse que acredita e espera que o Governo cumpra o que prometeu e que o nosso anterior Presidente da Câmara se comprometeu, aquele troço Pijeiros, Abelheira. Esse eu dou como garantido, mal de nós se isso não vem. Aquilo que falou na sua intervenção foi a ligação da Ponte da Cela à Abelheira. Disse que começou a fazer parte desta Assembleia, na mesma altura que o senhor Presidente da Assembleia Municipal era autarca, e nessa altura já se falava numa alternativa a Carregosa, já nessa altura se falava na conclusão da variante, tem sido tema recorrentemente falado e utopicamente esperado. Só queremos que estas obras sejam realizadas o mais rapidamente possível. ----------

---------- Seguiu no uso da palavra o senhor Luís Ferreira da Silva, para duas notas muito breves. A primeira para corroborar com o colega Afonso Portugal no que diz respeito à floresta. Vê-se, diariamente a preocupação da população. Concorda com o senhor Afonso Portugal quando se refere ao corredor ecológico. -- ----------

---------- A segunda questão tem a ver com a pocilga. Quando surgiu o projeto, chamou atenção para a eventualidade de surgirem ali problemas. O senhor Presidente disse que tinha visitado pocilgas semelhantes, em que as instalações eram fantásticas, o fato é que hoje em dia estamos a ter consequências daquilo que na sua opinião é um postal ilustrado do pior que há, para quem quer promover o turismo naquela zona. Naquela altura tinha batizado aquele espaço, tinha dado um epíteto e chamou-os de porcos automáticos e agora tenho de acrescentar que são porcos automáticos e cheiros sintomáticos.----------

---------- Foi dada a palavra à senhora Presidente da Câmara que prescindiu da mesma.----------

---------- 3 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

---------- 3.1 – INFORMAÇÃO DA SRA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL E SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:----------

---------- O documento, que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata, a ela ficando anexo, foi distribuído atempadamente, pelo que dispensa a apresentação. Salientou que foram feitas melhorias no documento e está disponível para as questões que quiserem colocar. ----------

---------- O senhor Presidente abriu as inscrições, e o senhor Artur Miller, foi o primeiro a intervir, começando por dar os parabéns ao novo modelo da informação municipal, diz que finalmente parece que

tem qualidade, mesmo assim acha que poderá sofrer algumas melhorias. Em relação à informação municipal tem duas ou três questões. Uma tem a ver com o plano estratégico de Arouca 2030, na página 4, que diz que está na fase de realização de reuniões para auscultação dos agentes locais e regionais, nesse sentido sugeriu à senhora Presidente que todos os membros da Assembleia Municipal fossem todos auscultados mais que uma vez para a elaboração deste plano estratégico, uma vez que são sempre tudo e todos auscultados e aparece nesta Assembleia a versão final, sem a participação desta Assembleia. Era importante que todos dessem o seu contributo para a elaboração do plano. Congratulou-se pelo Museu Municipal ter tido um aumento expressivo do número de visitantes e pergunta se tem a ver com algum evento especial, ou se houve algum motivo especial para que isso tivesse acontecido porque é muito bom que tenha aumentado o número de visitas. Falou ainda sobre o CI3, Centro de Incubação e Inovação Tecnológica. Trata-se de uma iniciativa em que concorda quase em absoluto e que finalmente viu a luz do dia, ou seja pelo menos está na fase zero, que já é muito bom. Gostaria de dizer que esta fase zero está a ser implementada em duas sedes de Juntas de Freguesia próximas ao futuro centro de acolhimento, e questiona o porquê de serem duas freguesias contíguas. O CI3 é do concelho todo, ou só daquela zona? Se for daquela zona, aceita e compreende, se não for, porque razão não se estende isto a outras freguesias do concelho que têm instalações à disposição para a mesma atividade, nomeadamente Moldes, Alvarenga, Arouca e Burgo, Rossas, ou seja, praticamente todas as outras. Por isso, diz que não percebe esta iniciativa. Disse que há aqui algum favor político ou é estranho como se paga um subsídio de funcionamento que implica o quê, aquilo é de base tecnológica, gostava que explicassem, porque não cá em baixo, não no fundo, mas no cimo do concelho. Questionou a senhora Presidente sobre quais são os instrumentos que a Câmara vai disponibilizar para este projeto. De qualquer forma reiterou que concorda com a iniciativa. Deu os parabéns pela iniciativa. ----------

---------- Abordou ainda a requalificação da zona poente e diz que vem falar enquanto é tempo. A intervenção no largo da feira é secundária, terciária, não é primária; se querem obras prioritárias primárias intervenham naquele acesso de Santa Eulália, da Boavista. Ali sim, é necessário uma segunda entrada na vila, na zona urbana de Urrô, Várzea, para aquela zona de Santa Eulália e Burgo. Basta uma pequena alteração. Não é aconselhável uma remodelação total daquele espaço, basta uma remodelação pequena. Fazer duas faixas de acesso à vila na mesma via é uma asneira. Aquela entrada na vila tem o benefício de ter uma entrada única e de uma saída única. Isto é um privilégio, não é um defeito. O que está mal é a localização daquela rotunda. O que está mal é a implementação de uma eventual segunda rotunda mais a poente. Dizer que quer canalizar tudo em frente ao Museu Municipal é um crime que lesa o espaço. Temos muitas intervenções prioritárias, por exemplo a ligação entre São Pedro e Valdasna e uma ligação na zona

industrial entre São Domingos e Mata. Outro exemplo é a Rua Egas Moniz que só sofreu intervenção, apenas numa pequena parcela e porque o piso ruiu, aluiu. Outro exemplo a praça D. Sancho I, entre outras. Diz que as que acabou de referir são obras prioritárias, a outra obra não é prioritária. ----------

---------- O senhor Presidente da Junta de Santa Eulália usou da palavra para demonstrar a sua satisfação porque de acordo com a informação municipal e também em conversas que foi tendo com a senhora Presidente, sobre a candidatura que foi efetuada da via de acesso à escola da Boavista de modo suave. Trata-se de uma zona importante e com muitas pessoas a circular por ela. No seguimento, quis saber qual será o passo seguinte, se é para breve, e quais são as preocupações da Câmara relativamente a este assunto. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente para responder às questões colocadas. ----------

---------- A senhora Presidente começou por responder ao senhor Artur Miller para o informar que a Câmara já está a trabalhar no plano estratégico de Arouca 2030, que trata do reposicionamento de Arouca para os próximos anos, e é um documento que se pretende que seja participado e participativo. Estão a ser desenvolvidos um conjunto de reuniões que a equipa considerou fundamentais. Numa primeira fase, com todos os players dos diferentes setores, sector social, cultural, económico e desportivo. Foram ouvidos todos os vereadores, inclusive os da oposição, de qualquer forma não vê mal nenhum em que a Assembleia seja auscultada em devido tempo. ----------

---------- Diz que a sugestão do senhor Artur Miller é pertinente, porque é um plano que diz respeito a todos nós. ----------

---------- Quanto ao Museu, este sempre teve uma dinâmica própria. Ter mais ou menos visitantes, depende da dinâmica que lhe damos. Nos últimos tempos temos vindo a dinamizar com mais exposições, em articulação com GEOPARK, com as escolas e também com as exposições de alguns artistas de renome.----- ----------

---------- Quanto à questão central do CI3, trata-se de um projeto de arquitetura do jovem arquiteto Samuel, que tem sido uma referência a nível internacional, passou a ser um dos 40 arquitetos influenciadores nas próximas gerações. Quanto ao processo, está candidatado a fundos comunitários, mas como se pretende dar passos bem consolidados, passos seguros, decidiu-se implementar a fase zero. Esta fase, embrionária, mas é necessário haver um foco, conta com vários parceiros, além da Câmara Municipal, a AECA a UPTEC, ANJE, e foram estes parceiros a decidir que o melhor local seriam aqueles, porque foram ver as instalações e falar com as pessoas. Foram ainda auscultados potenciais investidores.

---------- Se esta fase zero for um sucesso, poderão vir a avaliar outras situações, tal como em tudo aquilo que fazemos. Estes processos são dinâmicos e são sempre avaliadas todas estas questões.

---------- No que diz respeito à zona ponte, disse ao senhor deputado que o projeto vai ficar muito bonito, sabe que provavelmente não gostariam que o processo avançasse, mas o projeto vai avançar e vai ficar muito bonito. E já em relação ao que diz sobre as obras prioritárias, disse que a praça D. Sancho I está incorporada nesta obra da zona poente. E obra da Rua Egas Moniz já foi adjudicada a obra. Estas são as prioridades do executivo, não invalida que deixe de ouvir as propostas da oposição. Por exemplo, a proposta que o senhor deputado fez sobre repensar o acesso da Ponte de Cela à Abelheira, afirmou que nunca colocou essa ideia de lado, apenas tem de avaliar na devida altura as opções quando elas se colocarem. ----------

---------- Quanto ao senhor Presidente da Junta de Santa Eulália, que refere os modos suaves, e como foi aqui referido o acesso à Boavista, outra prioridade e porque é prioridade foi considerada uma prioridade para este executivo. O projeto foi aprovado e em breve será lançado o concurso para esta empreitada. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa deu por encerrado este ponto, por não haver mais intervenções.

---------- Passou-se de imediato ao ponto seguinte.----------

----------3.2 – DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS 2017:----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia, começou por dar a palavra à senhora Presidente para iniciar a sua intervenção neste ponto. ----------

---------- A senhora Presidente usou da palavra para reforçar algumas notas. As contas da Câmara estão de boa saúde, e recomendam-se. A autarquia não tem pagamentos em atraso. Tem o menor prazo médio de pagamento, em 2017 foram atingidos os 7 dias. Arouca é o Município com menos endividamento contabilístico, dois milhões e quatrocentos e trinta e oito mil, nos últimos 16 anos. Transita com um saldo razoável de 4.3 milhões de euros, que é suficiente para pagar as dívidas de curto, médio e longo prazo. O Município integra o ranking dos melhores Municípios com melhor índice financeiro. Estas contas devem-se não só aos executivos, mas a todos os trabalhadores e diversas equipas, aos serviços financeiros do Município, porque é com o contributo deles, com a gestão apertada, com a tarefa árdua do controle das contas do dia-a-dia, é possível obter estes resultados. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra aos seus membros para que puderem pronunciar. ----------

---------- Pediu para intervir o senhor Óscar Brandão, que começou por dizer que se trata de um relatório de fim de ciclo, claramente marcado pelo concretizar de uma obra que serviu vários propósitos,

incluindo eleitorais. Trata-se de um documento importante, e têm de ficar contentes quando o Município tem boas contas, mas há questões que querem realçar, porque estamos perante documentos politicamente fundamentais para saber o que se vai ou não vai fazendo no nosso Município. A primeira nota vai para o facto de não se encontrar neste relatório a execução de obras e projetos característicos de investimento reprodutivo capaz de imprimir ao concelho um desenvolvimento reprodutivo que parece ao PSD ser fundamental. É importante realçar que é um documento de opções políticas, terminologia usada pela nossa Presidente da Câmara, as quais o PSD não subscreve. As GOP's não foram votadas pelo PSD o que os deixa de alguma maneira desvinculados do mesmo. Quis ainda lamentar o fato de não ter submetido aos vereadores o relatório do Revisor de Contas e advertem que não concordam com o artigo 76 e seguintes, do regime de financiamento das autarquias locais, segundo o qual o relatório de contas só deveria ser enviado à Assembleia Municipal. Este relatório não está na sua especificidade técnica ao alcance dos membros da Assembleia que não têm capacidade nem possibilidade de mobilizar os recursos que a senhora Presidente tem. Não temos técnicos para essa capacidade de análise. Entendem que esse documento deveria ser apresentado para análise dos nossos Vereadores, mas também para uma análise atempada dos membros desta Assembleia Municipal.----------

---------- Verifica-se que este documento não é um mero exercício contabilístico, pode-se ver que também é um instrumento de ação política, de certa maneira propagandístico e portanto de elogio. É também um instrumento de mera ação, tentando culpabilizar terceiros, referindo-se ao Tribunal de Contas, ao Governo, à burocracia e ao tempo. O PSD entende que isso é desresponsabilização. É importante e relevante para o PSD saber se respondeu ou não respondeu às necessidades do concelho, o que na perspetiva do PSD isso não aconteceu. Foram feitas opções erradas, aqui já mencionadas e que têm de denunciar como erradas, relembrar que estavam erradas e referi-lo para memória futura. No entendimento do PSD temos uma Arouca mais desigual, com muitos lugares desertificados e com perda de população crescente. Sentem que os principais indicadores sociais e económicos, nós não evoluímos, sendo os demográficos de extrema importância. Regista que em 2017 ainda há necessidades no primeiro patamar de desenvolvimento que tardam em chegar e o exemplo paradigmático é a falta de saneamento em mais da metade das nossas habitações. Este relatório demonstra ainda que a gestão camarária continua a descriminar as Juntas de Freguesia e a desbaratar o seu potencial. É triste, mas não há programas de Contratos Programa, protocolos de relevância consentâneos com os desafios que hoje se colocam à gestão moderna e racional. E com a permissão da senhora Presidente, recorda que há uma lei de 2013, a lei 75, que estabelece novas regras na área de atuação do poder local e que neste ano a que se reporta o

documento não foram cumpridas. No mandato anterior não foram cumpridas e a questão que voltou a colocar foi se a senhora Presidente pensa rever esta situação. ----------

---------- Há outros dados concretos que merecem questionamento, um deles tem a ver com as despesas que têm vindo em crescendo não deriva de decisões concretas de deliberações do executivo, do órgão colegial, com foi já referido, sendo assumidas, grande parte delas pelo Presidente da Câmara então em exercício e Vereadores no âmbito das suas competências e consultando o item de contratação administrativa verifica-se que das duas centenas de empreitadas, 159 foi feitas na modalidade de administração direta, algumas delas assumidas por valor indeterminado, entre aspas. Não referem que é ilegal, apenas dizem que é uma prática que merece ser corrigida a bem da transparência política. A questão que fica é, porque é que um quarto destas contratações não são feitas por concurso público. Quais são as razões objetivas para esse tipo de gestão, com que interesse manifesto e sobretudo com que necessidade.

---------- Das muitas obras que lhes chamaram à atenção, há uma que pedem um esclarecimento cabal, está na página 216, designada por empreitada de pavimentação do Chão de Ave a Provizende, troço Quintela Chão de Ave, ao que se sabe foi feita em plena campanha eleitoral e só foi adjudicada em 6/12/2017, no valor de 45 mil euros. ----------

---------- Apesar da extrema dependência financeira do Município ao exterior, é preocupante a instabilidade da sua receita. Algumas das taxas de execução demonstram falta de rigor na previsão das receitas, porque existiu um orçamento empolado em algumas rúbricas, que houve taxas de execução em percentagens baixas. Olhando para os números apresentados, vê-se a extrema dependência financeira do Município e valida o que o PSD então disse aquando da apresentação do plano. Algumas das constatações que agora a senhora Presidente chega e que se evidencia nas notas que deixa no relatório, e não são mais que pressupostos que o PSD anunciou aquando da apresentação das grandes opções do plano. Leu algumas delas, a saber: estes documentos manifestam também e passo a citar: também uma reduzida atenção sobre o planeamento e ordenamento das nossas florestas, fato que deveria ter especial atenção após os incêndios do último verão que dizimaram uma área florestal sem precedentes na história recente de Arouca. Refiro obras de prevenção de fogos florestais, verba definida 10 mil euros, estamos em 2016. Os documentos que agora são colocados à votação continuam a ser apresentados com verbas simbólicas, especialmente em relação a algumas intervenções a desenvolver nas Juntas de Freguesia sociais-democratas o que poderá pressupor uma vontade reduzida de as executar. ----------

---------- Outro ponto foi a da intervenção do PSD na reunião de Dezembro de 2016, e que passou a citar: é inaceitável e recorrente o inflacionar do orçamento através da previsão de receitas de capital que

nunca se concretizarão, ou verbas simbólicas que só servem para preencher rúbricas e um tapa olhos em cautch, permitindo também uma subjetividade alargada na gestão de dinheiro a ela afetos.----------

---------- Aproveitou para dizer que as receitas foram de menos 20,75%, relativas às previstas, referindo que em 2016 foi só de 1,87%. ----------

---------- A execução orçamental do ano de gerência atingiu somente 79%, e 75% ao nível da despesa, disse que o PSD tinha razão nos alertas que fizeram aquando da apresentação e discussão do plano e orçamento. As despesas com a aquisição de bens e serviços correntes atingiu o montante 5 milhões 374 mil e 830 euros, em 2016 foi apenas 5 milhões e 100 mil, em 2015, 5 milhões 127 mil. Tudo, quando o orçamento era bem maior. Assumem por sua vez maior fatia das despesas correntes, traduzindo 36% da despesa total, em 2016 foi 33,5%, em 2015, 30%, sendo que a aquisição de bens de consumo andou próximo de 1 milhão de euros. ----------

---------- Verificaram que não há poupança necessária na despesa corrente para obras que tragam mais-valia e valor acrescentado a Arouca. Precisamos, como diz o senhor Artur Miller mais obras e menos festas e sobre festas não sabemos de forma individualizada o que cada uma dessas festas custaram, porque é extremamente difícil inferir tais valores, mas se a senhora Presidente quiser partilhar com esta Assembleia os custos delas, seria um exercício interessante. Como é que foram gastos nos últimos 4 anos de mandato, como é que evoluíram os gastos por iniciativa. ----------

---------- Em jeito de conclusão, dirigiu-se em particular à senhora Presidente e disse que independentemente das críticas que são feitas aqui, neste culminar de um ciclo de gestão socialista, o PSD está preocupado quanto ao futuro, as competências que devem ser exercidas numa autarquia na lógica e até no sentido do que a lei pensa. Disse ainda que são precisas ações concretas que ajudem a resolver os verdadeiros problemas das pessoas, numa clara mudança de paradigma. Vi um esboço por parte da senhora Presidente, de grande abertura às opiniões, às críticas, às propostas da oposição. Vamos ver se passa das palavras aos atos e se consegue acreditar e valorizar de forma afetiva e efetiva os senhores Presidentes de Junta e passamos a ter um território mais igual, mais solidário e mais coeso. Rematou dizendo que são muitas as razões para não votarem favoravelmente, algumas das razões para se absterem e é assim que o PSD vai fazer. Vai-se abster nesta votação.----------

---------- Foi dada a palavra ao senhor Pedro Sousa, que começou por saudar todos os presentes. -----

---------- Confessa que a bancada do partido socialista que suporta o executivo é sempre mais fácil, dando o bom histórico que temos tido e que se vão repetindo, o que tem a ver com uma forma de gerir mais do que algo que acontece por acaso, que é casuístico. ----------

27.04.2018

---------- Diz que o documento requer muita atenção, poderia ter sido enviado com um pouco mais de antecedência, para olhar para ele com mais detalhe, de qualquer forma o orçamento é o conjunto de duas coisas, são os indicadores económicos e financeiros, genericamente, mas que resultam da utilização dos dinheiros públicos naquilo que o executivo considerava à data, eram a prioridade dos arouquenses, e, portanto há um momento em que essa decisão de distribuir o dinheiro, assim como ele foi distribuído em 2017, essa forma de decidir a distribuir o dinheiro foi chamado a ser julgado, mais perto do final do ano. Essa forma foi julgada pelos arouquenses com uma esmagadora maioria, na concordância com aquilo que são as direções que a Câmara Municipal escolheu à data, neste caso a de 2017 que estamos a escolher. Essa é na realidade a maior validação que estas contas, do ponto de vista da opção política pode ter, porque é de política que se está a falar.----------

---------- As críticas do PSD não se pode dizer que sejam incoerentes, porque no dia 27 de Abril de 2017 podia ler-se mais ou menos a mesma coisa do que ouvimos agora, nomeadamente uma frase de que construímos uma Arouca mais desigual, não há registo de contratos programa, protocolos com as Juntas de Freguesia, centena e meia de empreitadas foram feitas por ajuste direto, basicamente este foi o discurso que foi feito também em Abril e que depois no final do ano foi julgado de uma forma bastante forte. Ainda sobre as críticas que se ouviram em relação ao documento por parte da oposição, era bom que de uma vez por todas se definisse o que é isso da gestão ser de festas e festinhas. O que é isto de festas e festinhas, será projetar o cinema aberto à comunidade, será que são os concertos que se realizam no convento. Que é isso de festas e festinhas, para não confundirmos festas e festinhas com as atividades que em qualquer outro Município se chamarão, eventualmente, atividades culturais disponíveis para a população. ----------

---------- Ouvimos dizer aqui que sentiram os indicadores. Os indicadores não se sentem, ou existem ou não existem. Dizer que sentiram que os indicadores de pobreza aumentaram. Isso não existe, o indicador de pobreza ou aumentou ou diminuiu, ou manteve-se igual, mas não se sentem.----------

---------- Dizer que Arouca está desigual, discorda, mas até gostaria de discutir esta temática, por seria interessante ter a perceção da realidade. ----------

---------- Em relação a este orçamento, verificamos que tem contas orientadas, boas contas, contas exemplares. O anuário estatístico que continua a ser publicado anualmente da Associação Nacional de Municípios irá mostrar o que se reflete lá, mas acima de tudo são contas neste formato com trabalho em prol dos arouquenses que validaram de uma forma muito significativa e a indicar que este é o caminho.

---------- Foi dada a palavra à senhora Presidente, que começou por dizer que ia ser breve e aproveitar para mencionar que no ano passado estava noutro papel, mas em a sensação que o papel que foi lido, foi

o mesmo do ano passado. Deu nota de que estas contas refletem as opções do executivo. Aquelas que foram as opções do executivo anterior e não aquelas que são as opções do PSD. Portanto, é um documento que é apreciado tecnicamente, cuja competência é do Tribunal de Contas e compete-nos aqui fazer a avaliação política. E nada mais quis acrescentar. ----------

---------- A bancada do PSD ainda tem 4 minutos disponíveis, pelo fato foi dada a palavra ao senhor Óscar Brandão que começou por responder ao senhor Pedro Sousa e à senhora Presidente diz que se o PS e os seus autarcas tem legitimidade para agir para ter as suas opções, o PSD também foi sufragado nesse ato eleitoral, ficando na segunda posição, mas senhor Pedro Sousa sabe que o PSD tem legitimidade política e legal para estarem aqui a ter um juízo crítico sobre a ação da Câmara e disso não se demitem. O seu juízo crítico é sustentado numa perspetiva e numa análise política mas também técnica e crítica e se há coisas que foram ditas no ano passado, há dois anos e há três é porque a Câmara nunca quis atingir uma trajetória, que sabem que está errada, que não é positiva e que não é digna em alguns aspetos para a população de Arouca. Continua a haver muita pobreza em Arouca, diz que teve a oportunidade de constatar à bem poucos meses a pobreza de Arouca. Diz que não precisa de dados, mas se for preciso ir buscá-los à PORDATA ao INE também os vai buscar e trá-los aqui, mas não é preciso é a constatação da realidade que existe, que não é modificada, é esquecida. Continua a haver lugares abandonados, freguesias que são discriminadas negativamente e é contra isso que lutam e por isso que estão aqui e é por isso que não abandonam o discurso, ainda que a senhora Presidente diga que ele é repetitivo. Não é. Em muitos pontos que trouxeram não é repetitivo, mas vão continuar a repetir o que for necessário repetir. Vão continuar a que se cumpra a lei 75/2013 e que haja respeito deste executivo pelas Juntas de Freguesia, por isso não se demitem de reivindicar e afirmar, na Assembleia como um propósito válido. ----------

---------- O senhor Pedro Sousa voltou a usar da palavra, para dizer que não pôs em causa da legitimidade da avaliação, nem tem sequer esse direito e presume que se colocar a gravação para trás a única pessoa que terá ouvido a pôr isso em causa foi o senhor Óscar Brandão ou a bancada do PSD, porque nunca colocou isso em causa, pelo contrário, os contributos são todos importantes. Pensa que era muito mais interessante o debate se deixássemos dessa sensação e percebi que a resposta foi quase um regresso a um debate que tivemos na campanha eleitoral, sobre a pobreza, com fotografias e etc.. Claro que há pobreza em Arouca, isso parece infelizmente evidente, como há pobreza, infelizmente, em todo o lado. O importante é saber que situações estão a ser tomadas nesse âmbito. Sair da pobreza não se trata só com o assistencialismo. Fazer desenvolver um sítio também é sair da pobreza. Criar condições para que o desemprego seja baixo é também uma forma de diminuir a pobreza. ----------

---------- A senhora Presidente voltou a usar da palavra para reforçar que apesar daquilo que dizem está cada vez mais coesa, cada vez mais solidária e está cada vez mais inclusiva. ----------

---------- Passou-se de imediato à votação de braço no ar do documento de prestação de contas, tendo-se obtido o seguinte resultado: ----------

---------- Votos contra: 0. ----------

---------- Votos a favor: 18----------

---------- Abstenções: 17 ----------

----------3.3 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO – 1ª REVISÃO:----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à senhora Presidente, para proceder à apresentação do documento, que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata, a ela ficando anexo. ----------

---------- Começou por dizer que esta revisão refere-se à afetação do saldo que transitou do ano de 2017 para afetar às GOP e ao orçamento.----------

---------- Não tendo havido nenhuma inscrição, passou-se de imediato à votação de braço no ar, tendo-se obtido o seguinte resultado: ----------

---------- Votos contra: 0 ----------

---------- Votos a favor: 30----------

---------- Abstenções: 5----------

---------- 3.4 – ORÇAMENTO – 1ª REVISÃO: ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia disse que este ponto resulta do ponto anterior, e diz que não há necessidade de fazer qualquer apresentação do documento, que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata, a ela ficando anexo, passando diretamente para a votação, de braço no ar, obtendo-se o seguinte resultado: ----------

---------- Votos contra: 0 ----------

---------- Votos a favor: 29 ----------

---------- Abstenções: 6 ----------

---------- 3.5 – PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE AROUCA/FASE 2 – DEFINIÇÃO DAS OPERAÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA DA VILA DE AROUCA, ALVARENGA E DE ESCARIZ – FERMÊDO: ----------

---------- Foi dada a palavra à senhora Presidente para fazer a apresentação do documento, que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata, a ela ficando anexo. ----------

27.04.2018

---------- A senhora Presidente usou da palavra para referir que este programa de reabilitação urbana do Município de Arouca – Fase 2, são as operações das ORU's, das operações de reabilitação urbana de Arouca, Alvarenga, Escariz e Fermedo. Esta ARU foi aprovada por esta Assembleia Municipal, em 19 de junho de 2015. Esta aprovação também tem como objetivo dotar este Município de instrumentos legais que permitiram e que vão continuar a permitir o acesso deste município a fundos estruturais. A cada ARU – área de regeneração urbana - corresponde uma ORU – Operação de Reabilitação Urbana, que disponibiliza aos proprietários e investidores privados incentivos e benefícios fiscais. ----------

---------- Convém lembrar que este documento foi sujeito a discussão pública, e foi aprovado em reunião de Câmara em 2017 e, o que vem aqui em termos de deliberação e aprovação desta Assembleia são as ORU's e os benefícios fiscais inerentes a essa aprovação, uma vez que se trata de uma obrigatoriedade. A lei obriga à definição pelo Município dos benefícios associados aos impostos municipais. ----------

---------- Em jeito de conclusão disse que o que trazem aqui para deliberação e aprovação é o programa de reabilitação urbana, as três, bem como os benefícios fiscais para os proprietários e investidores alguns incentivos para além daqueles que resultam diretamente da lei, nomeadamente IVA, IRS, IRC. Aqui o que se prevê é a aprovação de isenção do imposto municipal sobre imóveis - IMI, por um período de 5 anos com possibilidade de renovação e a isenção do imposto sobre as transações onerosas de imóveis - IMT. Disse ainda, que o princípio que está inerente a estas ORU's é o princípio da reabilitação urbana, muito pensada para as cidades, mas que Arouca conseguiu porque está na Área Metropolitana do Porto, conseguiu estar nas duas dimensões, por um lado em território de baixa densidade e simultaneamente comparada com as grandes cidades.----------

---------- Após a intervenção da senhora presidente, o senhor presidente questionou os senhores deputados para intervirem. ----------

---------- Foi dada a palavra ao senhor Óscar Brandão, que começou por dizer que a sua bancada irá votar favoravelmente este documento, no entanto, quis realçar que o que disseram no dia 19 de junho de 2015 e o que disseram em 28 de junho de 2016 e que os senhores vereadores disseram na última reunião em sede do executivo municipal. Continuou dizendo que esta discriminação positiva que existe para estas freguesias é mesmo uma discriminação positiva e é algo que deve deixar a todos satisfeitos, de qualquer forma e tendo em conta a tudo o que foi dito nas Assembleias por diversas vezes, é preciso cuidar, entre aspas, das outras freguesias. Diz esperar que a senhora Presidente, neste plano que está a ser elaborado, nas suas opções, naquilo que de alguma maneira possa e deva ser feito em Arouca, as outras freguesias não sejam esquecidas. É necessário que alguns centros urbanos dessas freguesias sejam recuperados ao

nível do que já foi feito em algumas delas, poucas, que haja investimento, que haja apoio às Juntas não discriminado ninguém e que Arouca se desenvolva de forma harmoniosa com uma certa coesão social e territorial. É isso que a bancada do PSD defende e esperam que a senhora Presidente corresponda a esse desafio. É um desafio porque não podemos continuar a ter uma Arouca desigual, ainda que esta apreciação política seja de alguma maneira desvalorizada por alguns. Querem dar um voto de confiança. ----------

---------- De seguida usou da palavra a senhora Conceição Portugal, que começou por saudar todos os presentes. De seguida disse que ao analisar o documento, parece-lhe que há uma falha na página 74, e no número de casas que existe na zona das Alagoas. É dito que existe 3 casas em ruína e o total de edifícios que na sua opinião este número de 82 é um exagero. Dá-lhe a impressão que houve uma troca de elementos, possivelmente entre Abelheira e Alagoas.----------

---------- A senhora Presidente usou da palavra apenas para dar a nota de que se houver qualquer erro, ele será retificado. Depende dos indicadores que foram apreciados. ----------

---------- Não tendo mais inscrições para intervir, passou-se à votação de braço no ar, o documento foi aprovado por unanimidade.----------

---------- **3.6 – REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE REGALIAS SOCIAIS AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE AROUCA:** ----------

---------- Foi dada a palavra à senhora Presidente da Câmara para apresentação do documento, que se dá aqui como reproduzido e a fazer parte integrante desta ata, a ela ficando anexo. Trata-se de uma proposta para aprovação deste regulamento de concessão àqueles que em regime de voluntariado se dedicam em prol do bem-estar e defesa dos cidadãos. Houve uma auscultação pública, houve um conjunto de propostas que foram feitas mas que não tinham enquadramento legal, portanto o que aqui é apresentado é um conjunto de regalias que consideramos que são ajustadas, adequadas e merecidas em prol dos Bombeiros Voluntários de Arouca.----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia questionou a Assembleia no sentido de alguém querer intervir. ---- ----------

---------- Começou por intervir neste ponto o senhor Luís Ferreira da Silva, eu começou por se congratular com este regulamento e desta vez pode fazê-lo porque já não faz parte dos órgãos sociais dos bombeiros. Diz que este regulamento que vem de encontro a um conjunto de reivindicações mais do que justas por parte dos bombeiros; nesse sentido saúda aquilo que Câmara se dispõe a fazer neste capítulo. Quis ainda, chamar a atenção para o artigo 6º que diz: os bombeiros tem os seguintes direitos e benefícios sociais, e na alínea g) e diz: beneficiar da isenção do pagamento de todas as taxas inerentes ao licenciamento ou comunicação prévia referentes a operações urbanísticas para habitação própria e

permanente, mediante requerimento. A concessão de isenção pressupõe inexistência de outro prédio propriedade do requerente, ou de outro membro do agregado familiar. Depois da leitura que fez deste artigo e da respetiva alínea parece-lhe que se um bombeiro que seja solteiro, divorciado, viúvo ou separado e que viva com os pais e os pais são o agregado familiar dele, fica-lhe vedada a possibilidade de obter esta isenção, porque se diz que outro membro do agregado familiar possuir outro prédio propriedade do requerente ou de outro membro do agregado familiar. Voltou a ler o artigo e continuou com dúvidas porque após a primeira leitura deu-lhe a ideia que se outro membro do agregado familiar tiver uma habitação e se o agregado familiar dele for por exemplo um bombeiro solteiro que viva com os pais, o agregado familiar dele são os pais, e se o agregado tiver uma habitação própria e permanente parece-lhe, assim de repente, que fica vedado. Quis partilhar com todos, e se quem tiver uma leitura diferente que a partilhe. ----------

---------- Sobre este assunto, foi dada a palavra ao senhor Pedro Sousa, que se quis congratular, porque em conversa com outras pessoas já tinham falado sobre esta questão em anteriores Assembleias Municipais. Durante a campanha eleitoral, também foi um tema falado com quem de direito e portanto este é mais um compromisso que se cumpre em tão pouco tempo e por isso quis dar os parabéns por este feito. Aproveitou para lançar um desafio para outro regulamento que tem a ver com o incentivo à natalidade. - ----------

---------- Foi dada, ainda neste ponto a palavra ao senhor Afonso Portugal, que correspondendo ao desafio do senhor Luís Ferreira da Silva, pensa que a observação dele poderá ter alguma lógica, porque ele diz que leu a correr muito, mas de fato essa questão não se colocará uma vez que o agregado familiar, por exemplo, um filho que vive em casa dos pais. Desde há alguns anos a esta parte o que define o agregado familiar é a agregação a nível de IRS. É evidente que se é um filho maior, tem vencimento autónomo, apresenta o seu IRS, o pai apresenta o seu IRS, por isso é da opinião que esse problema não se coloca. A dúvida poderá ter alguma pertinência mas é da opinião que não se colocará. ----------

---------- O senhor primeiro Secretário quer intervir neste ponto, pelo que lhe foi dada a palavra. ----

---------- O senhor Carlos Esteves começou por dizer que o estatuto Social de Bombeiro prevê a dúvida que o senhor Luís Ferreira da Silva tem, e que define a economia comum. ----------

---------- O senhor Presidente tomou a palavra para dizer que a senhora Presidente fica com a dúvida, mas se entender que se pode proceder à votação, porque estamos em condições de votar, porque não será esse aspeto muito particular. ----------

---------- A senhora Presidente usa da palavra para dizer que a intenção é a questão fiscal que vai ser votada e não vê aqui qualquer dúvida. ----------

---------- Procedeu-se à votação, de braço no ar, sem antes o senhor Presidente saudar a Câmara, não só como responsável do Município, mas também em termos pessoais por esta iniciativa. Deixando este registo, procedeu-se à votação. A proposta foi aprovada por unanimidade. ----------

----------3.7 – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – REPRESENTANTES:----------

---------- Foi dada a palavra à senhora Presidente, que dá conta que é apenas para cumprir os processos legais e dar conhecimento a esta Assembleia os membros que constituem o Conselho Municipal de Educação, para que se possam promover as reuniões, que estão definidas em lei. ----------

---------- Foi perguntado pelo senhor Presidente da Mesa a quem se queria pronunciar sobre o assunto.

---------- Foi dito que não há representante da Assembleia Municipal.----------

---------- A senhora Presidente disse que os representantes do Conselho Municipal de Educação são os membros que estão identificados no documento, não há representação da Assembleia Municipal neste Conselho. -- ----------

---------- O senhor Óscar Brandão mencionou as pessoas que compõem o Conselho e a senhora Presidente pediu desculpa e disse que ia verificar. Aproveita para dizer que se ainda não foi solicitado a nomeação, terá de ser feita. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia usou da palavra para dizer que este assunto que esta Assembleia Municipal vai eleger o elemento por nomear. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa, diz aos senhores deputados que se vai votar o representante desta Assembleia Municipal das freguesias do concelho de Arouca.----------

---------- Foi dada a palavra ao senhor Francisco Ferreira que diz que como não estava na Ordem de Trabalhos a bancada do Partido Socialista não reuniu e não falou neste ponto, pelo que não estão preparados para apresentar um nome e também não acham conveniente, nem de todo o modo certo, agora de repente sacar um nome da cartola e entregar. Disse ainda que o Partido Social Democrata estava munido de um nome, o PS não, por isso achamos que isto tem de ser feito com mais tempo. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia propõe uma decisão prática, não perdendo a oportunidade de nomearmos alguém, suspende esta Assembleia por 5 minutos e pede entendimento entre as bancadas. A mesa tem a proposta do PSD, constituída pela senhora Maria Isabel Noites Brandão Paiva, Presidente da Junta de Freguesia de Rossas. ----------

---------- A senhora Presidente pede desculpa, porque o lapso pode ter partido dela, porque transmitiu a informação da reunião de Câmara e ficou convencida que não fosse para a nomeação. Não tem qualquer objeção em que seja apresentado o nome hoje e por voto secreto. ----------

27.04.2018

---------- Após os 5 minutos de interregno o senhor Presidente da Assembleia deu continuidade à Ordem de Trabalhos, e a pedido da senhora Presidente da Câmara, porque existem aqui algumas dúvidas sobre a legislação, a proposta da senhora Presidente é que o assunto venha à próxima Assembleia Municipal, para não se cometer aqui, qualquer irregularidade. Na opinião do senhor Presidente da Mesa é mais prudente fazê-lo, não vê qualquer inconveniente em especial e como tal pediu a todos os deputados municipais essa atenção. ----------

---------- Perguntou se vêm algum inconveniente na proposta da senhora Presidente, para este ponto voltar na próxima Assembleia. Proposta à votação, de braço no ar, obteve 10 abstenções e 25 votos a favor. A proposta vai voltar à discussão na próxima reunião.----------

---------- O senhor Luís Ferreira da Silva, fez declaração de voto. Diz que se absteve, porque não foi dada uma explicação da proposta baixar para estudo. ----------

---------- 3.8 – REGIMENTO – REVISÃO:----------

---------- Foi dada a palavra à senhora Alda Portugal, que foi mandatada para dar conta dos resultados das reuniões que se realizaram para alteração do regimento.----------

---------- Começou por dizer que esta alteração ao regimento resulta dos últimos resultados eleitorais. Os tempos que estão expressos não são os que corresponde atualmente aos partidos e às coligações aqui existentes, e daí esta necessidade. ----------

---------- Trata-se de um trabalho dos senhores Alda Portugal, Carlos Esteves e Vitor Moreira e que na penúltima Assembleia Municipal foi pedido que se fizessem estas alterações. Ao fazerem estas alterações, para não haver muitas alterações, partiram do pressuposto em manter os tempos e os critérios já existentes e basicamente temos as alterações aos anexos em que é definido os tempos. Foram feitas pequenas alterações por causa do número diferente de membros presentes e temos outros partidos e coligações, como é o caso da Lista Independente de Mansores e da Lista de Tropeço, em virtude disso há pequenas alterações à globalidade do tempo.----------

---------- No período, de antes da ordem do dia, no regimento anterior era de 60 minutos, passou para 63 minutos. No período da ordem do dia, o tempo estipulado era de 40 minutos, passou a ser de 44 minutos. Este tempo é percetível, uma vez que foram mantidos os mesmos critérios, apenas foram divididos pelo número de partidos e de coligações. Ainda na intervenção do público estavam estipulados 20 minutos e agora temos 21 minutos. ----------

---------- Temos ainda uma alteração ao artigo 63º, que decorre de uma necessidade de atualização, uma vez que fala dos impedimentos e suspeições e por questão oportunística e porque houve uma

alteração ao Código do Processo Administrativo, acharam por bem fazer a alteração aos novos artigos, face à nova redação que praticamente tem o mesmo conteúdo, apenas muda a numeração do artigo. -----

---------- Concluiu que em termos de conteúdo não há alteração significativa. ----------

---------- Porém surge um dado novo, que é propor à Assembleia uma proposta no sentido de alterar o período de intervenção ao público para depois da Ordem do Dia, ou seja, neste momento está antes da Ordem do dia, e o que se propõe é que passe para depois desse ponto. O PSD vê como um fato positivo esta alteração e dão como justificação ou tentativa de explicação desta situação dois pontos fundamentais; um era a harmonização com aquilo que acontece nas reuniões da Câmara, em que a intervenção do público está no último período; e porque as reuniões decorrem no período de dia e não de noite, poderia possibilitar uma maior intervenção do público, porque as Assembleias se prolongam sempre para o período pós laboral e a possibilidade de alguém intervir, penso o PSD que poderia ser um contributo positivo nesta possibilidade e sem custos laborais para quem tenha a necessidade de intervir. Basicamente é esta a posição do PSD em relação a esta alteração. ----------

---------- A senhora deputada disse ainda que fez um pequeno apanhado sobre o número de intervenções dos senhores munícipes e verifica-se que temos 1 ou 2 intervenções e não passa disso. Esta é uma oportunidade de mudança, atendendo a que também há uma mudança de paradigma em resultado do último regimento, que foi a fixação de gestão dos tempos, que trouxe uma melhoria qualitativa, em que as pessoas vêm às reuniões e sabem que podem contar com um tempo mais ou menos parametrizado.

---------- O senhor Presidente da Mesa, salienta que este ponto não foi aprovado pelo grupo de trabalho. --- ----------

---------- A senhora Alda Portugal, voltou a usar da palavra para realçar que esta posição é de iniciativa bancada do PSD, mas diz que ressalvou isso, no início da intervenção. O CDS e o PS entendem que como está, está bem, o PSD entende pelas razões que trouxeram aqui, ou seja, pelo período em que ocorre, período laboral e pelo número de intervenções que é exíguo e uma harmonização com as reuniões da Câmara Municipal. O PSD vê isto como um aspeto de coerência, se o executivo tem uma prática e a Assembleia tem outra. Tem de haver aqui algum consenso e alguma coerência naquilo que se decide e portanto é com estes argumentos que o PSD traz esta proposta à Assembleia. ----------

---------- Dada a palavra ao outro representante dos grupos eleitos para se pronunciar sobre isto. -----

---------- Usou da palavra o senhor Vitor Moreira e diz que este ponto veio à Assembleia porque não reuniu consenso entre os três representantes. O resto dos itens foram consensuais e neste ponto cada um mostrou a sua perspetiva. Diz o senhor Vitor Moreira e como porta-voz daqueles que representa, logo no arranque dos trabalhos muito especificado, em que as pessoas sabem que temporalmente está

posicionado, independente de ser no meio da tarde, no início da tarde, temporalmente está posicionado, crê ser uma mais-valia. Se se coloca a harmonização, é uma questão de propor ao executivo que harmonize com a Assembleia e faça a intervenção do público no início dos trabalhos. Pensa que isto não é impeditivo de se fazer um bom trabalho e se executar bem. A sua posição e daqueles que representa é que de facto as intervenções do público se devem concentrar ainda no início dos trabalhos, está posicionado, e quem de facto quer intervir e deseja intervir, procura posicionasse, porque é mesmo assim, as pessoas procuram este tipo de situações, não fazem as intervenções por oportunidade, fazem porque querem marcar posição.----------

---------- Reitera que a intervenção deve ser feita no início dos trabalhos. Esta discussão já foi tida aquando da realização do regimento anterior, porque fez parte da elaboração dos 2 regimentos e na altura chegou-se a esse consenso, e continua a defender esta posição. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa usou da palavra para questionar os outros grupos que também tinham representantes neste grupo de trabalho, se queriam intervir sobre a matéria, mas como se apercebe maioritariamente, mas vai dar a palavra ao senhor primeiro Secretário que participou nos trabalhos, sem antes dar a sua opinião sobre este ponto em concreto. ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa aproveita para dizer que esta Assembleia possui tempos mais regulares, não impede que haja mais elasticidade e alguma contração, verificamos que muitos dos pontos não esgota o tempo, como aconteceu nesta Assembleia, o que implica que o final das Assembleias poderá ser flexível, não terá um momento certo e preciso e não crê que isso acrescente valor para os cidadãos. É de opinião que no momento do início da Assembleia o cidadão que queira verdadeiramente intervir, virá cá, independentemente do que tiver que fazer. Comunga da posição do representante do CDS, mas vai dar a palavra ao senhor primeiro Secretário, que foi o representante da mesa que esteve nas reuniões do grupo de trabalho. ----------

---------- O senhor Carlos Esteves, começa por dizer que já tomou a mesma posição na primeira vez, quando elaboraram o 1º regimento. Os munícipes sabem quando começa a reunião e portanto os interessados vêm, sabem que podem fazer as suas intervenções inicialmente e não terão de estar à espera para o fim, sem saber quando acabará para fazer as suas intervenções. Foi dentro deste princípio que se defendeu o que já tinha sido defendido no regimento anterior. ----------

---------- Usou da palavra o senhor Afonso Portugal, para corroborar tudo o que foi dito, quer pelo senhor Carlos Esteves, quer pelo senhor Vitor Moreira e para dizer que quando foi feita a discussão anterior, quando foi para trazer para o início da Assembleia as intervenções dos munícipes, estes aspetos foram todos abordados e parece-lhe que o desconhecimento da hora que termina, mais 10 menos 10, mais

1 hora, menos 1 hora, que pode acontecer com toda a naturalidade, vai criar dificuldades e a pessoa, o eventual trabalhador fica na dúvida da hora que termina e acaba por não vir. E se agora vem, 1 ou 2, no anterior regimento não vinha nenhuma, ou vinha um senhor, mas esse senhor vinha sempre.----------

---------- Voltou a usar da palavra a senhora Alda Portugal para esclarecer que se está a trabalhar com pressupostos diferentes em termos de visão. A questão de, no anterior regimento a experiência ter sido diferente, o que referiu foi que a partir do último regimento houve uma alteração de paradigma, que foi a questão dos tempos. Diz que sentiu na pele, enquanto membro da Assembleia, que vínhamos para aqui às 2, 3 e saíamos daqui às 8, 9 e até mais tarde, como já aconteceu e portanto, esta alteração de paradigma está aqui como ponto assente da pressuposição da alteração. A segunda questão é um pouco falaciosa estar aqui a pegar numa realidade histórica, quando houve uma alteração de paradigma. A outra questão aqui é dar oportunidade porque a alteração a esta mudança e pela experiência que temos são dados de 2, 1 zero. Não há regra sem exceção, porque já tivemos mais intervenções, como aconteceu na sessão anterior, em que tivemos vários participantes. ----------

---------- Diz que têm a noção de que não se cumprem os tempos na totalidade, mas pensam que não existe uma indecisão de tempo para quem quer intervir. Muitas vezes a maior dificuldade para quem é trabalhador é pedir ao patrão para vir mais tarde porque quer estar presente na Assembleia Municipal. --

---------- O senhor Presidente usou da palavra para dizer à senhora Alda Portugal que a sua posição foi expressa. ----------

---------- Porém, a senhora Alda Portugal, continua, dizendo que estamos perante uma realidade, que era uma oportunidade, pela experiência e pelo concreto de vermos. Depois põe-se aqui a questão da coerência com a Câmara Municipal as reuniões da Assembleia. ----------

---------- Pediu a palavra o senhor Pedro Sousa, para dizer que pelo que percebe, nas reuniões da Câmara as intervenções do público são no fim da reunião, correto. Então questionou o número de intervenções de cada reunião, em média.----------

---------- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia, respondeu que ninguém vai lá. Não há nenhuma intervenção.----------

---------- O senhor Presidente da Mesa usou da palavra para dizer que em 12 anos de mandato, só vieram umas 4 pessoas. ----------

---------- Voltou a usar a palavra o senhor Afonso Portugal, diz que não tem nenhum interesse especial em ser no princípio ou no fim, mas enquanto o início é comunicado às pessoas, o fim não se sabe. Se lhe perguntarem quantas horas dura uma Assembleia, diz que não sabe. Quantos minutos são dados, não sabe.

27.04.2018

---------- O senhor Presidente da Mesa, aproveitou para dizer que o cidadão comum vai ter dificuldade em saber e depois tem de ver a agenda, umas vezes é maior, outras vezes mais pequena, é sempre muito difícil saber a hora a que termina, disse com toda a franqueza. ----------

---------- Usou da palavra o senhor Óscar Brandão para dizer que a proposta do PSD vai no sentido que se vote o documento na generalidade e este ponto na especialidade, portanto pede que os dois sejam votados. ---- ----------

---------- O senhor Presidente da Mesa usa da palavra para dizer que os pontos que tiveram consenso da comissão vamos votá-los. Proposta á votação, de braço no ar, a mesma foi aprovada por unanimidade.

---------- Em relação a este ponto em concreto, a mudança do momento de intervenção dos senhores munícipes, há uma proposta do PSD para que o momento passe para o final da reunião. A proposta é para a intervenção dos senhores munícipes ficar no final da reunião. Proposta à votação, de braço no ar, 19 votos contra, 14 a favor. A proposta foi rejeitada. ----------

---------- APROVAÇÃO DA MINUTA: ----------

----------A Assembleia Municipal deliberou, após leitura e votação de braço no ar, aprovar por unanimidade, a presente ata em minuta, nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4 do artigo 57º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. ----------

---------- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 18 horas e vinte e cinco minutos. --

---------- Para os devidos efeitos, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Secretário da Assembleia que presidiu à mesma e por mim, Regina Fontes, que a redigi e a subscrevo.-- ----------